

Júlia Mariano

Universidade Federal do Rio
de Janeiro – UFRJ

Email:

parajumariano@gmail.com



Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Limites da democracia, novos desafios

Limits of democracy, new challenges

Límites de la democracia, nuevos desafíos

Mariano, J. (2023). Limites da democracia, novos desafios. *Revista Eco-Pós*,
26(01), 528–538. <https://doi.org/10.29146/eco-ps.v26i01.28149>

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28149

RESUMO

Resenha do livro *Limites da Democracia: de Junho de 2013 ao Governo Bolsonaro* (Todavia, 2022). Neste livro, Marcos Nobre aprofunda a reflexão crítica acerca do funcionamento político brasileiro pós-redemocratização, destrinchando amálgamas como “Junho 2013” e “Direita”; “Bolsonaro” e “Novas Direitas”; “Junho” e “Bolsonaro”; “Presidencialismo de Coalizão” e “Democracia Brasileira” para propor novos caminhos para se pensar a crise política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: 2013; Democracia; Novas direitas; Política brasileira; Bolsonaro.

ABSTRACT

Review of the book *Limits of Democracy: from June 2013 to the Bolsonaro Government* (Todavia, 2022). In this book, Marcos Nobre deepens the critical reflection about the political functioning in Brazilian post-democratization, unraveling amalgams such as “June 2013” and “Right”; “Bolsonaro” and “Alt-rights”; “June” and “Bolsonaro”; in order to achieve a more rigorous reading of the current Brazilian political crisis.

KEYWORDS: 2013; Democracy; Alt-rights; Brazilian politics; Bolsonaro.

RESUMEN

Reseña del libro *Límites de la Democracia: de junio de 2013 al Gobierno de Bolsonaro* (Todavia, 2022). En este libro, Marcos Nobre profundiza la reflexión crítica acerca del sistema político brasileño, en el periodo de la redemocratización. Su análisis toma las protestas de Junio 2013 en Brasil como punto de desequilibrio de un sistema que había funcionado desde la Constitución de 1988. Nobre desentraña amálgamas como “Junio 2013” y “Derecha”; “Bolsonaro” y “Nuevas derechas”; “Junio” y “Bolsonaro”; “Presidencialismo de coalición” y “Democracia brasileña” para pensar la actual crisis política brasileña.

PALABRAS CLAVE: 2013; Democracia; Nuevas derechas; Política brasileña; Bolsonaro.

Submetido em 20 de maio de 2023

Aceito em 14 de junho de 2023

Em *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro* (Todavia, 2022), Marcos Nobre¹ aprofunda a reflexão crítica acerca do funcionamento político brasileiro pós-redemocratização que havia iniciado em *Imobilismo em Movimento, da Abertura Democrática ao Governo Dilma* (Cia das Letras, 2013). Em *Limites da Democracia*, o autor destrincha amálgamas que, para ele, emperram uma leitura mais rigorosa da atual crise política/social/comunicacional em que nos encontramos. “Junho 2013” e “Direita”; “Bolsonaro” e “Novas Direitas”; “Junho” e “Bolsonaro”; “Presidencialismo de Coalizão” e “Democracia Brasileira” são alguns destes amálgamas que Nobre se esforça em desembaraçar ao longo de seu livro. Outra escolha do autor é a de tomar como referência Junho de 2013, momento de ponto de virada, quando o sistema político brasileiro perde o controle da política. Tomar 2013 como ponto de referência — e não como de chegada ou de partida — permite que façamos a seguinte pergunta: o que mesmo ia bem antes de Junho?

Para o filósofo, colocar-se tal pergunta é assumir “o disparate” que é a insistência na ideia de que a solução para a atual crise seria o restabelecimento de alguma configuração, ou ordem política, anterior a Junho. Vale pontuar que Nobre finaliza o livro em meados de 2022, ou seja, antes das eleições que derrotaram a extrema-direita. Mas a preocupação do autor versa, justamente, sobre o perigo de uma sensação de estabilidade que um possível governo Lula poderia ressuscitar em muitos setores da sociedade. Entender o atual governo como o retorno ao Brasil de antes, ou ainda, que o governo petista governe na chave do pemedebismo — mecanismo político que prevaleceu desde a redemocratização até 2013, são os grandes perigos a serem evitados, segundo Marcos Nobre. O pemedebismo propõe uma leitura atualizada do conceito de “presidencialismo de coalizão”, elaborado por Sergio Abranches em 1988 e que trata dos arranjos políticos que fundamentaram o funcionamento da democracia brasileira na redemocratização. Arranjos, que segundo Nobre, caducaram em 2013.

O primeiro capítulo do livro contrasta as teses do pemedebismo e do presidencialismo de coalizão com o objetivo de atualizar a compreensão acerca do sistema político brasileiro e

¹ Marcos Nobre é professor de Filosofia da Unicamp e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), além de uma voz atuante no debate político nacional.

seu funcionamento. No segundo capítulo, Marcos Nobre analisa o momento político atual a partir de uma perspectiva histórica mais longa, com base nos pensamentos de Bernard Manin² sobre as configurações políticas no ocidente a partir do pós-1945 e o impacto das novas tecnologias nesses funcionamentos. Analisa como, por exemplo, o rádio e a televisão impuseram uma nova forma de organização democrática nos anos 1960 e como atualmente, com o digital, estamos em um novo momento de transformação da relação entre tecnologia e organização política. O terceiro capítulo reconstrói o período entre 2013 e 2018, analisando a ascensão das novas direitas e pontuando, também, o impacto da “Lava Jato” no fortalecimento desses grupos e na eleição de Bolsonaro. O quarto capítulo se ocupa do governo Bolsonaro, de 2019 a meados de 2022, e reflete sobre a relativa estabilidade da base de apoio do governo ao longo do tempo. Nobre é cauteloso em suas conclusões finais, visto que terminou o livro antes das eleições de 2022, mas traça algumas possibilidades de cenários, no caso da vitória de uma frente ampla progressista e no caso do retorno da extrema-direita ao poder.

O conceito de presidencialismo de coalizão, que refletia sobre a acomodação de um regime presidencialista a um sistema partidário já fragmentado, indicava a possibilidade de um debate “saudável e produtivo” entre os interesses do programa de governo eleito e os dos demais partidos no Congresso Nacional. Mas desde 1994, o que se viu foi a formação de megabloques de apoio ao governo e a redução da oposição a uma “franja parlamentar” sem influência política real. Nobre afirma que “fazer política”, então, se tornou especializar-se na venda de apoio institucional pela grande maioria de partidos, enquanto PT e PSDB tornaram-se os partidos a comandar esses blocos de apoio, de acordo com seus respectivos interesses. A esse modelo de venda de apoio para formar “supercoalizões” que garantissem o “governismo”, Nobre chama de pemedebismo. Para o autor, a noção de pemedebismo permite investigar o caráter conservador da redemocratização brasileira. Os dois primeiros capítulos do livro são dedicados a esmiuçar o conceito de “presidencialismo de coalizão” e de “pemedebismo”, a fim de buscar leituras alternativas para a crise atual da democracia brasileira. Nobre considera que a ciência política transformou “muito cedo a ideia de presidencialismo de coalizão em paradigma explicativo” (Nobre, 2022, p. 50) e que ao embaralhar “presidencialismo de

² Professor no departamento de Política da New York University e na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris)

coalizão” com “democracia”, as análises políticas produzem uma leitura equivocada da crise que vivemos. Como se “o declínio de uma forma de explicar a democracia significasse o declínio da própria democracia” (Nobre, 2022, p. 68). O autor, então, dedica-se a esta análise, relacionando-a também ao cenário mundial de crise do neoliberalismo, que teve seu ápice na crise econômica de 2008, momento crucial para entender as novas configurações políticas geradas no ambiente da internet.

A transformação imposta pelas redes sociais e plataformas digitais, que romperam com oligopólio da informação e da formação de opinião (Ibidem, p. 90), revela novas formas de captura de atenção e de fluxo de informação que vão definir novos mecanismos políticos. A partir dos anos 2000, temos o ambiente das redes, que se configura pela oferta extremamente ampla e diversificada de notícias/produto, dentro da lógica setorizada das plataformas digitais. Acontece que a ampliação do raio de escolha de mídias e de fontes de informação não significou um aprofundamento no conhecimento e consumo de notícias por parte do público. Pelo contrário, quanto maior a escolha, menor o interesse pela política por uma parcela importante da população. Nobre ressalta a importância de se entender os tipos de relação que se estabelecem entre mídia tradicional e digital, visto que o consumo de informação da maioria da população, hoje, passa por essa combinação. Esse seria um dos desafios daqueles que se aventuram na análise da política brasileira atual.

As realidades dos partidos digitais e de posicionamentos antissistemas na política são outros importantes pontos a serem aprofundados pela ciência política, sugere o autor. Ele, então, discorre sobre o conceito de “partido digital” e “partido plataforma”, e mostra que, enquanto o primeiro “hackeia” partidos existentes, sem fundar ou fundir-se a um, o “partido plataforma” tende à institucionalização. O “partido digital” parasita partidos institucionalizados, os “partidos plataformas” tentam levar para a institucionalidade as demandas dos movimentos sociais e digitais, sem atacar as bases democráticas de funcionamento do Estado. Para Nobre, os partidos digitais e partidos plataformas representam, de fato, uma ameaça existencial para os partidos pré-digitais. Isso se dá porque os partidos tradicionais sofrem há décadas um processo de descrédito generalizado que se acentua com a digitalização da política e a possibilidade de uma transformação radical na forma como se

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28149

entende o conceito de “partido”. Nobre dialoga então com Paolo Gerbaudo³, para trazer definições de novos atores políticos do digital. Para os autores, os “partidos digitais” são compostos por pessoas que se sentem excluídas da sociedade, o que ele chama de “outsiders conectados” — uma estruturação nova de um público que não tem perspectiva de futuro ou de inclusão na política institucional — que desafia os “insiders desconectados”, que seriam os representantes do *establishment* político. No caso do Brasil, Marcos Nobre inclui mais uma categoria, a dos “outsiders desconectados”, constituído pela grande parte da população brasileira que não tem acesso contínuo a internet. O “outsider desconectado” é excluído simultaneamente do sistema político, social e econômico, ou seja, está em um lugar de marginalização política quase absoluta. Nobre indica que, para entendermos o jogo eleitoral brasileiro, é de suma importância investigar a categoria de “outsider desconectado”.

Outra categoria que o autor nos apresenta como fundamental para o entendimento da nova estruturação política em curso no país é a do “hiperlíder”. O hiperlíder é a figura que emerge das interações digitais e é visto como alguém capaz de implodir a forma tradicional de organização política. A relação estabelecida entre sua base de apoio e o hiperlíder é na lógica *peer-to-peer* pelas redes sociais. Essa impressão de proximidade tem como resultado a atribuição de uma quantidade de poder sem precedentes ao líder. Nobre pergunta-se, então, sobre o impacto da sociabilidade digital na própria configuração da figura do hiperlíder e acrescenta: “E se tiverem surgido condições para a formação e a persistência de organizações políticas de outra natureza?” (Nobre, 2022, p. 125).

O autor dedica-se, então, à análise específica do caso brasileiro, desde o surgimento das novas direitas até a eleição de Bolsonaro e sua forma de governar dentro dessa nova configuração política. Ele pontua que entre 2003 e 2016 o Partido dos Trabalhadores (PT) atuou de forma praticamente analógica. Nesse mesmo período surgem as mídias sociais e inicia-se nas redes o processo de constituição e ampliação das novas direitas e novas esquerdas que irão, a partir da década de 2010, se organizar digitalmente em movimentos que saem do ambiente virtual e passam a atuar concretamente nas ruas. Junho de 2013 foi o momento em que esse novo público emerge das redes no Brasil. O Partido dos Trabalhadores, portanto,

³ Sociólogo e teórico político italiano, diretor do Centre for Digital Culture do King’s College London.

governou o país durante todo o período de formação e fortalecimento desses novos atores digitais que, independentemente se de direita ou de esquerda, questionavam o sistema e sua forma de atuação. Dá-se, então, o cenário para a formação de uma oposição extrainstitucional antissistema. O erro político, segundo Nobre, foi o Partido dos Trabalhadores ter se enclausurado no pemedebismo e não ter feito nenhum movimento de abertura a reformas políticas. Isso abriu espaço para que as novas direitas se aglutinassem no apoio à operação Lava Jato. Enquanto isso, as novas esquerdas seguiam no movimento de fortalecimento da sociedade civil, como demonstraram os Comitês Populares da Copa, as primaveras feministas e secundaristas e o surgimento da Coalizão Negras por Direitos.

Nobre pontua que o grande embaralhamento em relação a Junho é justamente ele ter ocorrido no momento em que a esquerda tradicional era situação. O autor propõe-se, então, a desfazer o amálgama “Junho” e “direita” retomando os escritos de André Singer⁴, defensor da teoria de que Junho seria o “ovo da serpente”. Nobre critica Singer em sua interpretação reducionista e determinista, quando este identifica o “lulismo” como alvo por excelência de Junho. Marcos Nobre aponta que a característica antissistema está presente em todos os protestos do ciclo 2010-2013, não sendo, necessariamente, uma característica das novas direitas. Portanto a postura antissistema dos protestos que tomaram as ruas no Brasil não se baseava, obrigatoriamente, no antipetismo. Essa leitura de Singer apaga a multiplicidade de caminhos propostos nos protestos de Junho, como por exemplo, as ocupações dos espaços de poder por setores negligenciados da sociedade, as experiências dos estados plurinacionais como linha de fuga para a democracia brasileira, o fim do terror policial como superação concreta do passado autoritário da Ditadura Militar, entre outras propostas que questionavam o sistema político brasileiro vigente, sem ser por um viés partidário.

Outro amálgama destrinchado no livro é o que relaciona “Junho” e “Bolsonaro”. Para Nobre, é um equívoco afirmar que em 2013 se formaram grupos que desaguarão no apoio a Bolsonaro em 2015, tese defendida por Singer. Ele comenta que é em 2015 que Bolsonaro começa a ampliar sua base de apoio, impulsionado pelas eleições de 2014, utilizando-se das redes sociais como meio para nacionalizar sua atuação política. É a partir daí que Bolsonaro

⁴ Jornalista, cientista político e professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

expandir suas articulações políticas para além das forças de segurança e de setores evangélicos, mas só em 2018 é que constitui uma base política contundente para a disputa eleitoral. O filósofo destaca que Bolsonaro não era uma figura política factível para boa parte das novas direitas até a articulação com Paulo Guedes em 2018, que é o que garante este apoio. Portanto, relacionar seu fortalecimento político e consequente eleição à Junho de 2013 é simplificar em demasia um processo extremamente complexo. A crítica de Nobre à leitura de Singer é sobre como a esquerda, que estava então no poder, não soube dar uma resposta inovadora a Junho de 2013. A falta de uma resposta contundente serviu de base para o caldo de indignação cozinhado pela operação Lava Jato em parceria com a mídia tradicional.

O autor dedica-se, então, a descrever minuciosamente as novas direitas brasileiras e a buscar pontos de diferenciação desta com a extrema-direita, a fim de descrever de forma clara os novos agentes que se articulam nos partidos digitais. Para isso, faz todo um recorrido histórico pela articulação digital que deu origem ao que chamamos, hoje, de novas direitas. Um dos principais “pontos de encontro” desse público no Brasil foram as comunidades do *Orkut*, no ano de 2004. Nobre afirma, em diálogo com a pesquisadora Camila Rocha⁵, que a forma de organização das novas direitas no Brasil se deu em “ambiente de arquipélago”, sem uma plataforma ou mesmo uma referência compartilhada pelos inúmeros grupos. Esse “arquipélago” das novas direitas só foi encontrar uma frente única com a operação Lava Jato em 2015. Portanto, amalgamar Bolsonaro com novas direitas ou simplesmente direita é um grave equívoco teórico, alerta o autor, já que o movimento das novas direitas foi sendo formado ao longo da primeira década dos anos 2000, e se alinha a Bolsonaro apenas nas eleições de 2018. Para Nobre, ignorar a multiplicidade de interesses desses grupos, suas fissuras e rachaduras, é fortalecer seu núcleo duro autoritário.

Outro fator destacado pelo autor como determinante na ascensão de Bolsonaro foi a crise aguda do pemedebismo no período de 2015 a 2020. Nobre aponta que a parlamentada⁶ contra Dilma Rousseff significou um processo de autofagia do pemedebismo, já que, mesmo retirando a presidente, o sistema político não conseguiu criar condições para apresentar um

⁵ É mestra e doutora em ciência política pela USP, autora do livro *Menos Marx, Mais Mises* (Todavia, 2021).

⁶ Marcos Nobre refere-se ao controverso, para muitos criminoso, processo de impeachment contra Dilma Rousseff como “parlamentada”.

candidato com chances de vencer a eleição de 2018. Precisava-se de um candidato antissistema e Bolsonaro, munido de seu partido digital, foi o que logrou conquistar tal espaço. Nobre então se dedica, no capítulo final, a uma análise do governo Bolsonaro como forma limite do pemedebismo. Segundo o filósofo, a forma parasitária de governar adotada por Bolsonaro levou a engrenagem do pemedebismo a sua versão protoautoritária, com ferramentas como o orçamento secreto, que desarticularam o mínimo de debate político que ainda existia no Congresso Nacional. Para Marcos Nobre, o que freou o ímpeto autoritário de Bolsonaro e a destruição da democracia brasileira foi a pandemia de Covid-19. Segundo o autor, foi a pandemia que nos salvou de um golpe de Estado.

Ele chama atenção, então, para a atual força do partido digital bolsonarista, que controla uma importante rede de desinformação e propaganda e se constitui como uma esfera pública alternativa relevante. Ele destaca que uma investigação de cunho sociológico-antropológico sobre a composição do partido digital bolsonarista e da base política antissistema que ele mobiliza é essencial para deslocar a associação automática entre interesses econômicos e escolhas políticas. Como caminhos possíveis para salvar o pouco de democracia que nos resta, Nobre sugere a atenção para novos padrões de sociabilidade e a necessidade de uma investida do campo da esquerda na política digital. Destaca, também, a regulamentação da internet como ponto fundamental.

O livro de Marcos Nobre se dedica a desembaraçar conceitos e leituras, a fim de não simplificar interpretações e, conseqüentemente, análises da democracia brasileira. Mas Nobre, assim como grande parte dos analistas políticos, tende a privilegiar a análise das novas direitas e acaba por negligenciar a trajetória das novas esquerdas. Talvez tal desinteresse esteja relacionado à perda de espaço e poder político desses movimentos a partir de 2015. O que chama atenção na análise da atuação das novas esquerdas é um certo consenso de que foram “fracas” ou “desarticuladas”, incapazes de utilizar as redes sociais para aumentarem o alcance de sua atuação. Tais críticas, reforçadas por Marcos Nobre em seu livro, apagam um fator determinante no enfraquecimento das novas esquerdas: a perseguição política e o terror policial a que foram submetidos muitos dos ativistas desse campo. Vale lembrar que Dilma Rousseff assinou a Lei Antiterrorismo, que foi extensivamente utilizada contra manifestantes

Dossiê Crises da democracia e desinformação: diagnósticos do tempo presente

<https://revistaecopos.eco.ufrj.br/>

ISSN 2175-8689 – v. 26, n. 1, 2023

DOI: 10.29146/eco-ps.v26i01.28149

autônomos de esquerda⁷. Como exemplo temos a condenação dos 23⁸, no Rio de Janeiro, em um processo extremamente questionável; a perseguição policial sofrida pelos secundaristas após a ocupação das escolas em 2015 — são muitos os relatos de estudantes que eram constantemente seguidos pelas viaturas policiais —; as ameaças às mulheres que se destacavam nos movimentos feministas, com ondas de ataques on-line contra elas etc. As novas esquerdas não apresentaram uma solução inovadora a Junho porque estavam ocupadas em proteger a própria vida. Essa dimensão do terror do Estado, que determinou a desarticulação de boa parte das novas esquerdas, parece não despertar o interesse do autor, apesar de Nobre citar em suas notas uma extensa lista de artigos sobre as novas esquerdas brasileiras.

A eleição de Marielle Franco como vereadora em 2016, como também a de outras mulheres negras, trans, indígenas e de bancadas coletivas pelo país, representaram o movimento de ocupação da política institucional por movimentos das novas esquerdas brasileiras. A prática de ocupação dos espaços de poder por outros atores sociais era uma pauta constante nas assembleias e ocupações realizadas em Junho de 2013. Mesmo enfrentando a perseguição político-judicial, a violência policial e o terror do assassinato de Marielle, as novas esquerdas seguiram atuando na sociedade civil e pressionando a participação na política institucional. Talvez, ali na porta das eleições de 2022, quando Marcos Nobre escreveu o livro, essa ocupação da política pela diversidade estivesse ainda ofuscada pela preocupação coerente com um possível golpe de Estado ou, ainda pior, o retorno da extrema-direita ao poder pelo voto. Mas, hoje, já podemos vislumbrar tal movimento político como uma potente linha de fuga do autoritarismo e um caminho concreto para a reconstrução da democracia brasileira.

⁷ Neste relatório da Anistia Internacional Brasil há exemplos concretos da perseguição sofrida pelas novas esquerdas. Disponível em : < https://issuu.com/anistiabrasil/docs/ai_br_campaign_digest_19_005_2014_f>. Acesso em: 26 maio 2023.

⁸ Sobre o processo e condenação dos 23 ativistas de 2013: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/581398-a-sentenca-dos-23>>. Acesso em: 26 maio 2023.

Referências bibliográficas

NOBRE, Marcos. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.

Júlia Mariano - Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Atualmente cursando o mestrado na linha de Tecnologias da Comunicação e Estéticas do PPGCOM ECO-UFRJ, como bolsista Nota 10 da FAPERJ, possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo, pela ECO-UFRJ (2006) e formação complementar em cinema, com especialização em Direção de Documentários no curso regular da Escuela Internacional de Cine y TV de San Antonio de los Baños, EICTV (Cuba, 2005). Especializou-se também no Departamento de Documentários da Baden-Württemberg Filmakademie (Alemanha, 2007). Atuou durante mais de dez anos como diretora, roteirista e produtora no mercado audiovisual, tendo desenvolvido produções autorais e independentes, na área de documentários, trabalhando especialmente com movimentos sociais no campo e na cidade. Área de atuação: Comunicação, Cinema e Direitos Humanos, Cinema e Política, Material de Arquivo, Arquivo e Política.

Email: parajumariano@gmail.com